

ESCRITORES PIAUIENSES NO RIO DE JANEIRO: PARATOPIA E JOGO LITERÁRIO NAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Daniel Castello Branco Ciarlini

Universidade Estadual do Piauí

Resumo: Dividido em centros de migração intelectual, o campo literário brasileiro, no período da República Velha, tinha um ponto de convergência: o Rio de Janeiro. Atraídos por circunstâncias profissionais favoráveis no funcionalismo público ou no exercício das letras, sobretudo na grande imprensa, poetas e prosadores de diversas regiões se deslocaram para a capital nacional, formando um espaço simbólico com razoável autonomia. Foi nesse recorte histórico que importantes escritores do Piauí se projetaram em jornais ou revistas ilustradas, alguns dos quais publicando livros de reconhecido mérito literário, como Berilo Neves, Da Costa e Silva e Félix Pacheco. Por trás das diversas atividades desses literatos havia estruturas de poder que viabilizavam ou conformavam as suas produções – essa complexa relação é analisada neste artigo a partir do aporte teórico de Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, Dominique Maingueneau e Machado Neto, através dos conceitos de “campo literário”, “jogo literário” e “paratopia”, que operam em uma estrutura sociológica específica entendida como “república das letras”. Além dos nomes anteriormente citados, são também analisados os casos de Antônio Martins Castello Branco e Carlos Castello Branco, jornalistas piauienses que interpretaram os conflitos mundiais e o Brasil, respectivamente, em diferentes épocas.

Palavras-chave: Campo literário brasileiro; Jogo literário; Paratopia.

Abstract: Divided into centers of intellectual migration, the Brazilian literary field, in the period of the Old Republic, had a point of convergence: Rio de Janeiro. Attracted by favorable professional circumstances in the public service or in the exercise of writing, especially in the mainstream press, poets and prose writers from different regions have taken off to national capital, forming a symbolic space with reasonable autonomy. It was in this historical context that important writers from Piauí projected themselves in illustrated newspapers or magazines, some of them publishing books of recognized literary merit, such as Berilo Neves, Da Costa e

Silva and Félix Pacheco. Behind the diverse activities of these scholars, there were power structures that made their productions feasible or conformed – this complex relationship is analyzed in this article, from the theoretical contribution of Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, Dominique Maingueneau and Machado Neto, through concepts such as “literary field”, “literary game” and “paratopia”, that operate in a specific sociological structure understood as “republic of writing or letters”. In addition to the names mentioned above, the cases of Antônio Martins Castelo Branco and Carlos Castello Branco, Piaui journalists who interpreted world and Brazil conflicts, respectively, at different times, are also analyzed.

Keywords: Brazilian literary field; Literary game; Paratopia.

Este estudo investiga o lugar de alguns escritores piauienses no campo jornalístico e literário do Rio de Janeiro das três primeiras décadas do século XX. Procura-se ampliar informações e incluir nomes que ainda não constam em estudos que abordam a produção literária piauiense, tanto do ponto de vista acadêmico quanto historiográfico, ou mesmo biobibliográfico. Dentre as várias causas, é possível que a falta de subsídios e a omissão desses autores resultem da pouca visibilidade em seus locais de origem, circunstância motivada por deslocamentos espaciais, bem como pelo consequente desligamento temático e regional.

Mais ainda: dos nomes omitidos, muitos não ingressaram na política, mantendo-se, quando muito, atrelados à carreira jornalística. Estar fora do circuito político era, em algum ponto, estar desligado do espaço natal. Esse tipo de apagamento, porém, em nada se equivalia ao modo como esses escritores eram recebidos ou conhecidos em outros estados brasileiros, consumidores de suas produções. Para tanto, os escritores deviam ingressar em uma rede comum de códigos que os materializavam no meio intelectual, em obediência aos ditames de uma sociedade entusiasta das modernidades europeias e de uma imprensa mundana.

Casos denunciadores do apagamento de nomes no espaço natal e, consequentemente, suas evidências em outros meios são os de Berilo da Fonseca Neves e Antônio Martins Castelo Branco. O primeiro foi importante cronista e ficcionista que lançou nome nos primórdios da ficção científica brasileira, publicando contos em periódicos, posteriormente reunidos em coletâneas que se tornaram, nos anos de 1930 e 1940, *best-sellers*. O segundo, no mesmo recorte, foi correspondente internacional de influentes folhas cariocas, tendo descrito e analisado os problemáticos acontecimentos

políticos europeus entre as duas grandes guerras, bem como presenciado *in loco* os desdobramentos que levariam à Segunda Guerra Mundial.

Entender o fundamento de suas produções ou mesmo a motivação de suas carreiras no funcionalismo público ou na atividade liberal exige fundamentar a discussão com alguns conceitos sociológicos que ajudam a analisar os textos e a vida profissional desses piauienses. Essa visada metodológica amplia o acesso ao *étimo espiritual* das produções, que Dominique Maingueneau (2001, p. 4) resume como “foco oculto que permite explicar as múltiplas facetas do texto (particularidades linguísticas, personagens, intrigas, composição, etc.)”; afinal, “a literatura não é apenas um meio que a consciência tomara emprestado para se exprimir, é também um ato que implica instituições, define um regime enunciativo e papéis específicos dentro de uma sociedade” (MAINGUENEAU, 2001, p. 7).

Nesse sentido, fazer literatura é assumir não somente uma atividade, mas uma função peculiar de produção de texto. E ela é desempenhada pelo escritor, que não pode assim ser reconhecido “sem se definir com relação às representações e aos comportamentos associados a essa condição” (MAINGUENEAU, 2001, p. 27). Isso explica a opção por pautar este estudo em bases teóricas da sociologia que problematizam o campo literário e, a partir dele, compreender o movimento que os escritores realizaram dentro e fora de seus limites simbólicos.

Dois movimentos são aqui analisados: o de deslocamento do espaço de origem, em busca de campos literários e mercadológicos que ofereciam melhores estruturas às carreiras na literatura ou no jornalismo, quiçá outras profissões liberais ou ainda no funcionalismo público; e o movimento em que, estabelecidos nesses centros, os escritores se viam impelidos a realizar uma existência dupla: entre o empirismo prático de uma profissão rentável e a atuação em um campo simbólico.

Quanto ao primeiro tipo, a desvinculação do espaço natal se devia a um fenômeno comum ao campo literário brasileiro, que praticamente centralizava o Rio de Janeiro como a República das Letras do Brasil, local ideal e que oferecia, até o fim da primeira metade do século XX, as melhores condições econômicas e sociais a escritores veteranos (já consagrados) ou aos em início de carreira – realidade que não se desenharia satisfatoriamente em outros estados como o Piauí, com uma imprensa ainda em seus primeiros passos e assistida por um público virtual restrito, sem grande impacto além

de suas fronteiras. Logo, nessa conjuntura, algumas palavras-chave ou mesmo expressões denotam a prevalência das terras cariocas sobre as demais: visibilidade, público e possibilidade de ganhar dinheiro com a escrita. Assim, por razões políticas e históricas,

a imprensa carioca extrapola a natureza geopolítica que a poderia atrelar ao estigma paroquial ou provincial, para se tornar a expressão viva da universalidade brasileira. Ela assimila mestiçamente os padrões importados d'além mar. Mais do que isso: processa os modelos aculturados e os difunde para todos os quadrantes da nossa geografia (MELO, 2007, p. 9).

Apesar de sua força representativa e das condições favoráveis que apresentava, é importante lembrar que essa “expressão universal” formada no espaço carioca resulta de um conjunto múltiplo de culturas que convergem, a partir de escritores de diversas partes do Brasil, para a sua atividade simbólica e literária, sendo o jornalismo somente um de seus vestígios.

Ao analisar a estrutura sociológica desse campo literário, Machado Neto (1973) observa que, dentre as circunstâncias que atraíam os homens de letras estava a instalação das principais casas editoriais no Rio: Garnier, Laemmert, Francisco Alves, Quaresma Jacinto etc. Dentro desse aspecto é possível acrescentar o fundamental papel da imprensa que, de longe, era a que mais apresentava espaço para o exercício das letras em sua acepção profissional. Embora não fosse a única via, era o espaço de excelência aos homens de letras que exerciam na primeira metade do século XX uma dupla vida: a de jornalista (para ganhar dinheiro) e a de escritor (para ser notado no campo). Ao investigar esse aspecto, dentro do recorte histórico aqui empreendido, Nelson Werneck Sodré chegou aos seguintes dados:

Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. O *Jornal do Comércio* pagava as colaborações entre 30 e 60 mil réis; o *Correio da Manhã*, a 50. Bilac e Medeiros e Albuquerque, em 1907, tinham ordenados mensais pelas crônicas que faziam para a *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente; em 1906, Adolfo Araújo oferecia 400 mil réis a Alphonsus de Guimaraens para ser redator de *A Gazeta*, em São Paulo (SODRÉ, 1977, p. 334).

Esta condição de escritor e jornalista era muitas vezes exercida de forma híbrida, em especial com o advento da modernidade da “grande imprensa”, que até o Estado Novo não parecia distinguir muito bem as duas funções, daí por que tenha Ana Luiza Martins compreendido que “a dependência do literato da imprensa se impôs,

paulatinamente, exclusiva fonte de renda para o homem de letras que transformava seu ofício numa profissão remunerada” (MARTINS, 2008, p. 51). Não por acaso, desse período em diante, a crônica (gênero que ocupa essencialmente essa função dúplice) prolifera nas folhas periódicas. Tal ambivalência se funda na postura adotada de atendimento a um público não especializado do *mass media*, com um conteúdo versado, sobretudo, na cotidianidade: “sob a guarida financeira de um estabelecimento jornalístico, uma casa comercial como qualquer outra, o escritor-cronista faz parte da dinâmica do sistema produtivo” (BULHÕES, 2007, p. 49). É o que também indica Machado Neto, ao compreender que a adequação do escritor às expectativas do público e das unidades estruturais a que estava ligado originou um tipo específico de homem de letras, o *vedeta*, metáfora que explica o *modus operandi* do sujeito que, no campo literário, é obrigado a *dançar conforme a música*:

O resultado desse comércio foi que o escritor se viu transformado em *vedeta* e teve de brilhar para agradar ao respeitável público, que já ia pressuroso às páginas dos diários buscar a crônica chorosa ou alegre – segundo os gostos – de sua preferência, o poeta de seu encantamento, o folhetim romanesco de sua impossível, mas compensadora aventura ou o repórter galante dos encantos e dos mistérios da Cidade Maravilhosa (MACHADO NETO, 1973, p. 90).

Cumpriam os literatos brasileiros, à sua maneira, um exercício comum ao subcampo da indústria cultural, como quer a classificação de Bourdieu (2005), ofertando às audiências códigos acessíveis e imagens comuns, na estratégia discursiva de cooptação de um público simpático e identificado com um produto literário de fácil assimilação; e produzido, em diversos graus, escritores, sob encomenda ou demanda, “que cultivaram uma imagem ao gosto do público” (MACHADO NETO, 1973, p. 90). Esse ponto ajuda a explicar, por exemplo, os primórdios e parte significativa da carreira jornalística e literária de Berilo Neves, quase toda concentrada em temas mundanos e de curiosidades históricas ou científicas. A partir de 1924, tanto em crônicas como em contos, o escritor explorou essas temáticas em uma escalada que o levaria, mais tarde, a uni-las em um gênero-sensação, a ficção científica – carregada de humor e explorando as estruturas social e espacial do Rio de Janeiro.

Talvez a experiência desse piauiense em revistas como *Careta* tenha incidido de maneira significativa em sua operação literária, já que por meio das páginas desses veículos era possível experimentar o impacto da audiência acerca de determinados

temas. O certo é que Berilo soube muito bem combinar alguns ingredientes de interesse popular em sua ficção: mundanismo, curiosidades do mundo esportivo, científico e tecnológico, sátira e certa dose de humor em narradores misóginos (que respondiam à progressiva ascensão da mulher no mercado de trabalho). Quanto ao último aspecto, que centra parte de sua produção em temas que provocam o público feminino, inclusive direcionando sátiras e ironias à instituição do casamento e à modernidade feminina, Berilo nada mais fez do que seguir a estratégia das revistas da época, vestígio claro de captura de um público “constituído predominantemente de mulheres, devido à ociosidade a que o patriarcalismo as condenava” (MACHADO NETO, 1973, p. 122). Assim, de 1928 em diante, não são poucas as notas de imprensa dando conta do sucesso do escritor como contista, estado também reconhecido com a quantidade de reedições que suas duas primeiras obras adquiriram em pouco tempo, *A Costela de Adão* (1929) e *Século XXI* (1934). Por essa razão, Roberto de Sousa Causo, em pesquisa sobre a historicidade dos gêneros literários especulativos brasileiros, reconheceu que “Berilo Neves foi um dos primeiros *best-sellers* da ficção científica nacional” (CAUSO, 2003, p. 163).

Lançada nos primeiros meses de 1929, *A Costela de Adão* em pouco tempo se esgotou e, em novembro do mesmo ano, alcançou a sua segunda edição. Esta tiragem do livro se revelou um feito no campo literário nacional, e não passou despercebida pelos veículos de comunicação do Rio de Janeiro, como demonstra nota publicada em dezembro de 1929 na revista *O Malho*: “O melhor elogio dos contos que Berilo Neves nos deu, em *A Costela de Adão*, estava em dizer-se que eles em meses apenas vêm de ter uma segunda edição. Sabemos todos quão pouco se lê entre nós, em se tratando sobretudo de livros nacionais”¹. Aludia a revista tanto ao contingente de analfabetos do país, que, na data, contabilizava uma média de 80% da população brasileira, embora o Rio de Janeiro apresentasse um número bem menor, na casa dos 30%.

Ser alfabetizado, tanto ontem como hoje, não garantia a constituição de um público consumidor de literatura, aliás, este representava, de todo o contingente, uma parcela ainda mais reduzida, daí por que a nota informa “os [escritores no Brasil] mais apreciados não vão além do clássico milheiro das nossas edições, por sinal que, trabalhados já até com um capricho e gosto que bem recomendam as nossas nascentes

¹ “O sucesso de *A costela de Adão*”, *O Malho*, ano 27, n. 1.424, 28 dez. 1929, p. 2.

artes gráficas”, e conclui, observando o caso de Berilo Neves, “tudo que sair fora daí em matéria de venda, representa para os escritores patrícios um sucesso excepcional, chamando para o jovem autor, de modo particular, a atenção do público”².

Não é possível afirmar que o sucesso adquirido por Berilo Neves como contista, logo entre os anos de 1920 e 1930, tenha assegurado ao escritor uma vida concentrada à literatura – a atividade jornalística e, *a posteriori*, a carreira no exército brasileiro depõem contra isso – todavia, as fontes e o número de trabalhos produzidos na imprensa carioca “sugerem ter sido ele o primeiro autor brasileiro a se dedicar de maneira mais sistemática à ficção científica” (CAUSO, 2003, p. 163). Esses dados se tornam mais relevantes quando confrontados com a própria atividade jornalística do escritor, sem dúvida tomada de maneira profissional, pois que nesse recorte é possível contabilizar mais de 600 textos publicados nos mais diferentes gêneros e periódicos brasileiros, dentre os quais os cariocas *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *A União*, *A Cruz*, *Revista da Semana*, *Fon Fon*, *Correio da Manhã* e *A Noite*. Mesmo na ficção, os dados são otimistas: em 1931 sua primeira coletânea de contos, *A Costela de Adão*, já se encontrava na quarta edição, e seguia uma tiragem, segundo informavam as notas de imprensa, fora dos padrões da época:

Ao contrário de outros muitos escritores nossos conhecidos, que, em dois anos publicam meia dúzia de livros diversos, com tiragem de quinhentos exemplares cada, Berilo Neves, o fino e o consagrado escritor, nesse mesmo tempo publica apenas um, dando, porém a esse um fator raras vezes possível: reeditá-lo, pela sua preciosidade, quatro vezes em tiragem de três mil exemplares cada, o que é um verdadeiro recorde³.

Em 1946, *A Costela de Adão* estava em sua oitava edição, impressa pela editora do jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, um dos fundadores do moderno jornalismo brasileiro⁴. Os progressivos e otimistas dados em torno da produção ficcional e jornalística de Berilo Neves, equalizada às expectativas de uma elite letrada, demonstravam que a imprensa brasileira operava em duas modulações distintas: de um lado, a nova redação de seus periódicos, mais objetiva (substituindo, por exemplo, o colonismo pela reportagem); e alimentava, por outro, a fundação das revistas ilustradas

² “O sucesso de *A costela de Adão*”, *O Malho*, ano 27, n. 1.424, 28 dez. 1929, p. 2.

³ “A nossa Biblioteca: *A costela de Adão*”, *O Malho*, ano 30, n. 1.478, 18 abr. 1931, p. 8.

⁴ Cf. *Irineu Marinho: imprensa e cidade* (2012), de Maria Alice Rezende de Carvalho.

modernas, de caráter mundano e humorístico, local para onde migra parte dos escritores que não se ajusta ao novo formato dos grandes veículos.

Assim, permanecer no periodismo noticioso era exercer não uma função, mas uma atividade, não por acaso mais objetiva do que simbólica, visto que o texto nessas novas circunstâncias adotava contornos mais enxutos, diretos e os seus articuladores muitas vezes eram impelidos a uma produção obediente a demandas e a um público menos exigente. A produção de textos noticiosos, tendentes a um novo jornalismo – e obedientes ao *lead* –, poderia ainda trazer consigo o apagamento da autoria, sobretudo porque seguia estruturas fixas que não demandavam mais do que o preenchimento de informações coletadas. Instrumentos de tal composição, os produtores desse tipo de texto não são mais escritores: se tornam escreventes, como distingue Roland Barthes (2011, p. 35), “homens ‘transitivos’; eles colocam um fim (testemunhar, explicar, ensinar) para o qual a palavra é apenas um meio; para eles, a palavra suporta um fazer, ela não o constitui”.

Paratopia, vida dupla e o caso de Carlos Castello Branco

Das ideias que ajudam a explicar a funcionalidade dupla dos escritores em um meio como esse, o conceito de paratopia, de Dominique Maingueneau, é aquele que talvez lance luz sobre tal peculiaridade do campo literário. O termo ajuda a entender o duplo papel que os escritores exercem na sociedade – o de produtores de bens simbólicos e aquele atrelado à rede do capital financeiro, que, por fim, os subsidia a experimentarem uma existência flutuante: “a existência social da literatura supõe ao mesmo tempo a impossibilidade de se fechar sobre si e a de se confundir com a sociedade ‘comum’, a necessidade de jogar com esse meio-termo” (MAINGUENEAU, 2001, p. 28).

Foi por razão congênere que Bernard Lahire (2006) entendeu a manifestação de escritores do campo literário, analisada por Pierre Bourdieu, não como uma atividade cerrada e presa a uma causalidade circular, como é próprio do subcampo de produção erudita (embora em porção bastante diminuta), mas resultante de um jogo, onde os jogadores (os escritores), “saem regularmente do jogo para ir ‘ganhar a vida’ no seu exterior” (LAHIRE, 2006, p. 1). Na visão desse sociólogo, salvo raríssimas exceções,

somente uma classe é capaz de sobreviver do e para o campo literário, e ela não é constituída pelos produtores diretos do bem simbólico, mas por “profissionais do livro”, ou seja, livreiros, editores, revisores, bibliotecários etc.

As duas visadas teóricas, portanto, conduzem inevitavelmente a essa duplicidade de vida, sendo um de seus índices, como diz Lahire, a lógica pluridimensional demonstrada nos dicionários, que atrela o reconhecimento desses sujeitos aos vários papéis possíveis desempenhados na sociedade: “os escritores são muitas vezes levados a efetuar um vaivém permanente e a partilhar o seu tempo entre o universo literário e o universo de pertença relativo à sua ‘segunda atividade’” (LAHIRE, 2009, p. 2). Daí as *personas* correlacionadas nos verbetes: “médico e poeta alemão”, “romancista e político espanhol” ou ainda, de forma mais abreviada e genérica, “escritor-professor”, “escritor-advogado”, “escritor-juiz”, “escritor-diplomata”, “escritor-professor” etc. Em tradução à realidade brasileira da República Velha, é o que também confirma Machado Neto (1973, p. 84): “empregos no magistério, na função pública ou profissões liberais constituíram o meio de vida principal da maioria dos intelectuais da época (se excluirmos o jornalismo)”.

O conceito de *persona*, no olhar de Luiz Costa Lima, explica a relação que os indivíduos estabelecem com o mundo à sua volta, essencialmente social. Nesse caso, do perfil que os homens de letras desempenham, o termo “se concretiza e atua pela assunção de papéis” (LIMA, 1991, p. 43). Assim, dois tipos são identificados, ambos relacionados a esse *modus operandi*: aquele que é socialmente imposto ou é particularmente adotado, o que conduz a dois pontos de vista que, de alguma forma, se vinculam ao campo performático de existência em grupo. No primeiro, certa passividade, e, no segundo, alguma autonomia, embora tanto em um quanto em outro haja níveis de subordinação marcados pelos graus de evidência – não custa lembrar: “a armadura da *persona* é sempre uma plástica argila, passível de desenhos até mesmo contraditórios” (LIMA, 1991, p. 46).

O papel socialmente imposto tem sua raiz no rito e rege em grande medida os destinos de uma classe intelectual brasileira que, formada nas faculdades de Direito (Recife ou São Paulo), se vê impelida a ingressar na carreira política, em especial se a origem do indivíduo estiver ligada às elites agropastoris. Nesse sentido, se submetem, às vezes, a cargos que sequer se relacionam às suas formações superiores ou são levados,

como é o caso dos que viviam no Piauí da República Velha, a ingressarem no exercício de ensino de segundo grau, por ser esta uma das atividades profissionais no estado piauiense com algumas marcas de prestígio; as outras se relacionavam ao judiciário, à medicina ou à engenharia. *Pari passu* a literatura não parece estar na ordem das atenções ou mesmo das atuações do meio prático e, embora pareça superficialmente uma operação livre, é, por tal circunstância, mais um instrumento que ajuda a desfilarmos um perfil no seio de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual⁵. Aqui a razão de os homens de letras no Brasil serem, antes de tudo, duplos, e sua atuação tanto simbólica quanto prática vincular-se a uma *persona* que encerre operosidade pública, geralmente ligada aos braços partidários que conduzem os destinos da nação. A noção dos destinos induzidos por expectativas externas ao indivíduo fez com que Costa Lima compreendesse que “o ritual torna social a conduta de seu agente” (LIMA, 1991, p. 45).

Logo, a ideia de “vida dupla” deixa entrever a existência de dois mundos, o simbólico e o não simbólico, ambos com regras operacionais distintas, das quais o uso da linguagem é a mais forte evidência de suas estruturas. Apesar de Jacob Burckhardt e de Roman Jakobson terem demonstrado a diferença entre as linguagens literária e cotidiana, foi Northrop Frye (2017) quem decompôs essa diferenciação em três funcionalidades: a imaginativa, a corriqueira e a informativa. A primeira residiria no campo simbólico e as duas últimas no campo prático. Essa relação, como se evidencia no sentido nominativo, demonstra a razão de a operação simbólica ou imaginativa ser inversamente proporcional ao nível prático de uma sociedade, cujos códigos são regidos, antes de tudo, por uma aplicabilidade imediata e comunicabilidade direta.

Retomando a lógica pluridimensional dos dicionários, que pode ser vista também em gêneros textuais que dão conta em registrar fatos e dados da vida de um escritor, a assunção de um perfil externo ao campo simbólico e a sua consequente sobrevalorização demonstram uma circunstância valorativa que se esconde no discurso: a de escritor porque político; a de escritor porque médico; a de escritor porque juiz, claro vestígio de que a atividade exercida no campo social precede e mantém o ato criativo nas letras. Guardadas as exceções, talvez resida aqui uma das diferenças sociológicas do escritor brasileiro do europeu, cujo matiz é outra vez reafirmado pela dependência dos códigos deste sobre aquele.

⁵ Cf. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1997), de Roberto da Matta.

Em países como o Brasil, principalmente na República Velha, que até os seus últimos anos experimentou os graves problemas do analfabetismo, as trocas operadas entre os universos simbólico e prático antepunham, via de regra, uma estrutura subordinante a uma subordinada, inviabilizando o lado mais fraco da relação: os escritores, que, diante do não reconhecimento e do defasado pagamento de suas atividades intelectuais, eram levados a “vender inescrupulosamente o seu talento” (MACHADO NETO, 1973, p. 82). Vinculados aos poderes, os homens de letras do Brasil não fugiam à lógica empreendida pelos mais variados projetos ideológicos a que estavam submetidos, e que por essa razão os obrigavam a seguir as regras do jogo público, ditadas pelas elites. Sem estas, muito dificilmente os veículos de imprensa, os primeiros meios massivos de divulgação dos produtos literários brasileiros, teriam existido, posto terem sido financiados ora pelo capital político ora pelo capital mercantil.

Nesse caso, os suportes de periodização noticiosa eram, também, responsáveis pela legitimação de ideias e projetos de dominação estrutural, fazendo de seus principais proletários (os escritores) os porta-vozes de tais viços, ou, como discorre Berilo Neves em uma de suas crônicas à revista *Careta*, “um obscuro fabricante de notícias” (NEVES, 1927, p. 39). É o escritor, nessa conjuntura, um burocrata conformado com a sua situação ou o *status quo*, que empresta o talento a fins que precedem a sua postura intelectual e criativa. Sua relação com os poderes era bastante passiva, afinal “esperava acomodar-se nas carreiras paralelas e respeitáveis, que lhe permitiriam viver com aprovação pública, redimindo ou compensando a originalidade e a rebeldia” (CANDIDO, 2010, p. 93). Esse mecanismo é o que, por fim, Maingueneau chamou de “paratopia”:

O esforço de certos regimes totalitários para proporcionar uma condição de assalariado do Estado aos escritores reunidos em algum sindicato permite manter uma produção literária, mas não produzir *obras* literárias, a menos que o escritor se afaste do que é esperado dele, torne problemática essa própria permanência ao grupo. A permanência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar (MAINGUENEAU, 2001, p. 28).

Como dito, o analfabetismo inviabiliza o público capaz de conferir alguma autonomia literária aos escritores, e configura, por essa razão, uma literatura deslocada de espaços de origem. Concentrada em centros razoavelmente estruturados, dialoga

com os requintes mundanos importados e esperados pelas elites brasileiras, em essência francófila e/ou inglesa. Se a arte é social em dois sentidos, “depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e percepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais” (CANDIDO, 2010, p. 30), era natural aos escritores neste contexto que se inscrevessem, primeiramente, a uma dada “comunidade discursiva” responsável por obras que implicavam “os ritos, as normas, as relações de força das instituições literárias” (MAINGUENEAU, 2001, p. 30), síntese do repertório de determinados grupos dominantes – no caso, a elite carioca consumidora de periódicos mundanos. A fim de satisfazer esse público, os escritores se submetiam ao regime paratópico, cujas existências social e simbólica nos campos material e simbólico, respectivamente, se mostram complexas e imbricadas, porque em jogo estava a subsistência do escritor, em geral aquele vinculado ao *boom* das revistas ilustradas.

Em diálogo muito próximo ao de Lahire, portanto, Maingueneau interpreta a permanência no campo literário não ser a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar. Ademais, é possível que em um ou outro ponto figuras do meio letrado, pressionadas por circunstâncias diversas (quase todas ligadas à sua própria subsistência) tenham abortado as suas carreiras como escritores antes mesmo dos primeiros voos, e este é o caso do piauiense Carlos Castello Branco, um dos mais importantes jornalistas brasileiros entre os anos de 1940 e 1980. Como informa Carlos Marchi, biógrafo que conviveu com “Castelinho”, mesmo este se sentindo identificado com o grupo de literatos que conheceu e privou de amizade em Minas Gerais⁶, a assunção ao papel de jornalista foi mais uma condição imposta pela *persona* e, sobretudo, pelas circunstâncias de vida a que se submetera o jornalista:

Eu não me sentia identificado com o jornalismo, tinha aspiração de ser escritor, pela convivência com aquele grupo mineiro. Lia muita literatura, passei a ter uma certa aspiração literária, de me realizar literariamente. Escrevi uns contos, um romance, mas continuei sempre muito vinculado ao jornal. Aí me casei, comecei a ter filhos, passei a ter a minha vida muito prisioneira ao negócio de jornal. Quando verifiquei, numa certa altura da vida, aos quarenta anos, eu não era escritor, era jornalista. Aí aceitei a situação (CASTELLO BRANCO *apud* MARCHI, 2015, p. 150).

⁶ Dentre os quais Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino.

Para Marchi, esse jornalista piauiense sequer viveu a dualidade do homem de letras, já que teve que escolher a atividade prática para a sua sobrevivência; realização essa muito consciente, como se percebe nas palavras do próprio biografado. Não deixou, porém, de viver um dilema: “Essa ambiguidade parecia habitar sua própria perplexidade, que se contorcia entre a ambição e a necessidade de sobrevivência, entre sonho e realidade” (MARCHI, 2015, p. 150). Apesar da negação, Carlos Castello Branco exerceu, em algum momento, tanto a atividade de escritor, quando enveredou pelo gênero e publicou *Continhos Brasileiros*, em 1952, como a de escrevente, quando jornalista das mais importantes marcas de seu tempo, a citar *O Cruzeiro*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil* etc.

Berilo Neves e Martins Castelo

Não teve Castelinho a sorte de Berilo Neves, que, como dito, vivenciou o jornalismo com significativa liberdade literária, posto o início de sua atividade pertencer aos anos de 1920 e 1930, quando a função de jornalista ainda se confundia a de escritor, especialmente nas páginas de revistas ilustradas e mundanas⁷. Escritor híbrido (por praticar um gênero híbrido, a crônica), que permeia os campos jornalístico e literário, Berilo conviveu muito bem com o binômio escritor-jornalista, em que a função da primeira palavra exercia maior impacto sobre a segunda ou a justificava.

Pertencente ao seleto quadro de escritores da revista semanal *Careta*, o piauiense dividia a redação com importantes nomes da literatura e imprensa brasileiras, dentre os quais Raul Bopp, Guilherme de Almeida e Peregrino Júnior, os dois últimos futuros membros da Academia Brasileira de Letras. Peregrino, no recorte de estreia de Berilo, já havia se consagrado com a publicação de dois livros: *Vida Fútil*, de 1923, e *Jardim da Melancolia*, em 1926, pela Companhia de Livros e Papeis, do Rio de Janeiro. Berilo Neves não foi o único piauiense a participar de folhas ilustradas cariocas deste recorte.

⁷ Somente na segunda metade do século XX, com a projeção do *lead* e da *pirâmide invertida* foi que a imprensa brasileira assistiu a transformações de ordem mais objetiva e tendenciosamente científica, inspirada no jornalismo norte-americano. Para maiores informações acerca deste processo, sugere-se o capítulo “A crise da Imprensa”, do livro *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Em 1927 chegou a dividir espaço com o poeta Martins Napoleão, que vez por outra ilustrava as páginas de *Careta* com variados sonetos⁸.

A transição do escritor-jornalista para a de escritor ou jornalista, entre os piauienses deslocados no Rio de Janeiro, talvez resida na figura de Antônio Martins Castelo Branco, parnaibano que nos anos de 1930 e 1940 trabalhou em influentes periódicos do Rio de Janeiro ao lado de personalidades como Gilberto Freyre, Aníbal Machado, Barbosa Lima Sobrinho, Andrade Murici, Odilo Costa Filho, Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Luiz Edmundo, Osvaldo Aranha, Peregrino Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Amado, acumulando, ao longo da carreira, participação em folhas como *Diário Carioca*, *Vitrine*, *Rio Magazine*, *A Batalha*, *Beira Mar*, *Vamos Ler!*, *Carioca* e o *Anuário Brasileiro de Literatura*. Na primeira foi correspondente internacional, descrevendo, analisando e criticando os momentos mais delicados da história política europeia do século XX, entre regimes totalitaristas, monarquias e movimentos impulsionados por convulsões republicanas – circunstância que permitiu lançar seu nome na imprensa brasileira, sobretudo como um fino humanitarista e arguto observador, capaz de articular ideias e teorias científicas e filosóficas hodiernas – parte das quais, naquela época, não traduzidas no Brasil – aos problemas evidenciados em seus textos. Esse jornalista piauiense, a par das notas e dos exemplos coletados nos movimentos políticos e sociais das nações europeias, tece em seus textos lições que o aproximam das ciências política e social, bem como reflete problemas de um nascente direito internacional.

Além disso, atuou como cronista radiofônico, realizando estudos sobre esse gênero, que, aos poucos, ia fazendo parte do cotidiano moderno brasileiro. Nessa conjuntura dissertou a respeito do impacto do rádio no cotidiano, inclusive seu uso como ferramenta educacional, em tradução aos estudos e aplicabilidades estrangeiras à realidade do país. A tendência em vincular o rádio à educação se dava, sobretudo, em países com baixos índices de alfabetismo, como o Brasil, em que esse suporte, às vezes com projeção pública em praças de cidades de pequeno e médio portes, atingia as “classes baixas e médias urbanas e rurais” (MACHADO NETO, 1973, p. 121), transmitindo, além de notícias, crônicas e novelas radiofônicas.

⁸ P. ex. “A natureza ardente”. *Careta*, ano 20, n. 1.004, 17 set. 1927. p. 24.

Poeta com laivos para a prosa, Martins Castelo também se rendeu às exigências de profissão, embora desempenhasse uma vida dupla relativamente anônima, quando enveredava pela literatura de tempos em tempos partir do pseudônimo Mário Castelar ou Mário Castelo, assinaturas estas de inúmeras valsas, poesias e contos. Diferente de Berilo, que acessava o espírito moderno por meio da tradução, Martins Castelo era assíduo leitor de livros de sociologia, de história, de comunicação e de política em língua inglesa, espanhola, italiana e francesa, tendo sido fluente em alemão, fato reforçado quando nos anos de 1930 cobriu parte da guerra em território germânico e, segundo fontes consultadas, entrevistou Joseph Goebbels⁹ e Adolf Hitler¹⁰.

Embora Berilo Neves anteceda Martins Castelo em sua chegada à capital da república, fato que permitiu que ele experimentasse uma imprensa ainda com fortes resquícios do jornalismo oitocentista, não se quer aqui estabelecer uma diferença temporal plena entre os dois jornalistas. Na realidade, eles pertenceram às mesmas instituições de fomento cultural e moderno, e vivenciaram as transformações da imprensa brasileira no Rio de Janeiro. E é isso que o primeiro deixa entrever em texto publicado na revista *Careta*, em 5 de março de 1927. Em forma de carta, Berilo, ou o seu alter ego, aconselha a um amigo poeta, residente em um “longínquo recanto de província” a não alimentar esperanças e sonhos de fama literária na capital brasileira, ideia essa entendida pelo escritor como *mau projeto*: “Vir para o Rio, já uma grande maluquice, e para ser literato é loucura furiosa, furiosíssima!” (NEVES, 1927, p. 39).

As razões que levam o texto a revelar essa “loucura furiosa” dialogam com a estrutura social a que estavam submetidos os escritores brasileiros daquele espaço, ou seja, à “vida dupla”, sendo a condição de escreventes predominante, muitas vezes responsável por abortar os projetos de glória ou de produção literária: “As letras deixaram de ser, há muito tempo, a prestigiosa coisa diante da qual se rendiam donzelas de 18 anos, cheias de suspiro e de bacilos de Koch” (NEVES, 1927, p. 39).

A culpa desse processo não era outra senão um conjunto de fatores que depunha contra tal ambição: a modernidade, a velocidade e a necessidade imperiosa do sustento – “a Cidade, com as suas exigências de conforto, matou o Poeta, tal como o romantismo

⁹ “Como falaram os ‘Nazis’: por que o hitlerismo combate os judeus?”, *Diário Carioca*, ano 6, n. 1.579, 27 set. 1933.

¹⁰ É desse tempo que a imprensa brasileira anunciava para breve a reunião dessas entrevistas e ensaios em um livro sob o título *Os Donos do Mundo*.

o criou, soberanamente orgulhoso, desprendido dessa coisa vil que é o dinheiro”, assim “todos se atiraram furiosamente à caça do dinheiro” (NEVES, 1927, p. 39). Criterioso, o olhar de Berilo identifica a dependência que os escritores estabeleciam com o funcionalismo público: “os poetas de hoje são moços práticos que primeiro arranjam uma boa colocação no ministério, ou fundam uma tabacaria, para depois se declararem ao seio brando das Musas” (NEVES, 1927, p. 39). Há ainda, nessa análise, certa classificação:

os mais românticos fundam tipografias, para se não dizer que de todo fugiram às letras... E pensam bem porque o mundo evoluído no sentido da glorificação suprema do dinheiro, alma-mater de todas coisas, nebulosa primitiva de onde brotam os mundos do gozo e da alegria (NEVES, 1927, p. 39).

Berilo ressalta certa transformação no modo como os escritores se arranjaram, ainda dentro do mercado dos bens simbólicos, a fim de sobreviverem em atividades não necessariamente de criação, mas de empresariado ou comercialização, como destacou Lahire em sua análise sobre o campo. Cumpre observar que esse olhar de segunda atividade ou atividade sobressalente a de escritor, não era uma novidade. Pelo testemunho de inúmeros escritores é possível acessar, pelo menos desde o final do século XIX, essa consciência, há muito denunciada em *O Momento Literário* (1905), de João do Rio. Deste conjunto de entrevistas coletadas por Paulo Barreto se extrai um trecho providente de Rodrigo Octávio. Ao refletir sobre a “dupla vida”, o escritor distingue a atividade literária de uma *ocupação normal e principal*: “em nossa terra, salvo exceções que se contam, as letras ficam no domínio do diletantismo. Muitos de nós, os chamados homens de letras brasileiros, mas realmente, na generalidade, professores, empregados públicos, advogados, jornalistas”, assim eram porque a literatura “é uma ocupação segunda, trabalho para as horas vagas, para o tempo que nos deixam as lides de nossa ocupação normal e principal” (OCTÁVIO *apud* RIO, 1905, p. 227).

A estrutura social a que estavam submetidos os escritores no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX é também analisada por Machado Neto, que, distante do tempo de enunciação de Berilo, e com um olhar mais panorâmico, confirma as queixas anteriores, observando como regra ao homem de letras o fato de que “não se viveu da literatura (ou outra atividade cultural assemelhada) salvo exceção por algum período da vida e, assim mesmo, acumulando com o jornalismo” (MACHADO NETO, 1973, p.

77). Nessas circunstâncias, há a transmutação de uma atividade dupla para uma múltipla, já que acumulando a vida simbólica com a prática, nesta o literato se envolve não só com o campo jornalístico como também com outros, a citar a política. É o caso de Félix Pacheco.

A contribuição de Félix Pacheco para as letras do Piauí

Em termos de crescimento intelectual e econômico, Félix Pacheco se destaca entre todos os piauienses que residiram fora de seu estado no período da República Velha. Além de possuir uma vasta bibliografia em verso, crítica literária, ensaio e discurso, suas vocações jornalística e política renderam capitais sociais na sede do poder nacional. Chegou, em pouco tempo, de colaborador, redator a diretor-proprietário, nos anos de 1920, de uma das mais importantes folhas periódicas do país, o *Jornal do Comércio*. A aquisição de um dos mais antigos periódicos em circulação do continente se deu após disputa com Francisco de Assis Chateaubriand, contou com o apoio político de Arthur Bernardes e a sua própria articulação como chanceler do Brasil. Foi nesse período que desfrutou da amizade de outros significativos nomes da imprensa brasileira de então, como Irineu Marinho.

Se a carreira de jornalista estava atrelada à política e à posse de jornal, não tardou para que Félix Pacheco, à frente de um periódico tão importante, ocupasse cargos de alta envergadura nos poderes legislativo e executivo brasileiros. Não é à toa que o poeta, em entrevista a João do Rio, afirmara acerca do jornalismo: “A ele devo tudo o que sou e tudo o que aprendi” (PACHECO *apud* RIO, p. 174). Além de senador, ministro e chanceler, no campo das letras foi o primeiro piauiense a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras e o primeiro a traduzir Charles Baudelaire no Brasil. Nesta atividade, também verteu para o português, importantes nomes como Bossuet e Zola. Como poeta, seus versos extrapolaram os limites da capital e de seu próprio estado de origem, sendo reproduzidos em periódicos de outros estados da federação.

Diferente de muitos piauienses, não parece ter abandonado as carreiras literária e jornalística enquanto ocupava cargos de ordem política. Suas participações em afamados veículos de imprensa demonstram isso: foi colaborador das revistas *Kosmos*, *Brasil Revista*, *Revista Souza Cruz* e *Revista Americana*. Em 1900, lançou, em setembro,

Via Crucis, livro de versos que rapidamente conquistou o gosto dos comentaristas em periódicos, sendo divulgado em vários jornais do período. Em 1904, mês de novembro, surgiu *Mors Amor*, criticado na imprensa carioca, assim como também o fora *Poesias*, lançado em 1914. Um ano depois, seria Luiz Murat quem publicaria livro dedicado a estudar o perfil poético do piauiense, sob o título *Felix Pacheco*. Logo em 1915, esse piauiense lançaria um conjunto de quinze sonetos sob o título *Ignezita*. No ano de 1917, outras duas coletâneas de versos, *Marta* e *Tu, Só Tu Que*, como as anteriores, também colecionou elogios em jornais do Rio; repete o feito com o livro de versos *Lírios Brancos* e com *O Pendão da Taba Verde*, publicados em 1919, seguidos de *Éstos e Pausas*, de 1920.

Apesar dessa relação de trabalhos, o mesmo não se pode afirmar de seus próprios contemporâneos. Marcos Santarrita, ao biografar Félix Pacheco, recupera a opinião do poeta Luiz Edmundo, para quem, após o envolvimento do piauiense com o *Jornal do Comércio*, em seus primórdios como repórter-policial, de simbolista o poeta de *Marta* trocara “o soneto de Baudelaire pela descrição do incêndio da Camisaria Lopes, a estrofe de Mallarmé, ou a de Verlaine, pelas façanhas de Manduca Colombo, conhecido assassino” (EDMUNDO *apud* SANTARRITA, 2012, p. 10). Por mais que estivesse integrado ao grupo dos simbolistas boêmios, Félix Pacheco não escaparia, portanto, ao *jogo literário* em que os demais escritores estavam inseridos, vendo no trabalho jornalístico dessa importante folha, uma oportunidade de crescer na vida.

Félix Pacheco também desempenhou para a historiografia das letras piauienses um significativo papel: viabilizou a publicação de inúmeros autores contrerrâneos, sobretudo pelas oficinas de sua empresa. Essa contribuição em muito extrapolou os limites da materialidade do texto em brochura, afinal, o *Jornal do Comércio* foi também ambiente de trabalho aos piauienses que buscavam a sua proteção: foi o caso de Berilo da Fonseca Neves, que, chegando ao Rio de Janeiro em 1924, logo se empregou como redator nesse jornal, assinou artigos e crônicas, e em 1929, já participando de outros importantes periódicos cariocas, reuniu alguns contos de sua autoria e publicou *A Costela de Adão*, impressa pela Tipografia do *Jornal do Comércio*. Por essas oficinas também publicaram livros os seguintes piauienses: João Crisóstomo da Rocha Cabral (*Evolução do Direito Internacional*, 1908; *Leituras de Direito Internacional*, 1923), Pires Rebelo (*Pela Viação Férrea do Piauí*, 1918), Abdias Neves (*O Problema da*

Indústria Nacional das Anilinas, 1919), Oscar Castelo Branco Clarck (*A Próstata, sua Hipertrofia e Enucleação Transvesical*, 1910; *Contribuição ao Estudo Etiopatogênico da Síndrome Basedowiana, Da Dispepsia Astênica, Ensinaamentos da Waisenhaus em Berlim*, 1913; *Paralisia Geral dos Alienados nas Enfermarias de Clínica Médica*, 1915; *Sífilis e Estômago*, 1919; *Ensino da Medicina*, 1924), Benjamim de Moura Batista (*O Piauí*, 1920), Mário José Batista (*Hidrografia e Orografia do Estado do Piauí*, 1927), José Coriolano de Carvalho (*A Farmácia no Rio de Janeiro*, 1929) e Hugo Napoleão (*Discursos Parlamentares*, 1930).

Embora não tenha sido o único destino dos homens de letras do Piauí, o Rio de Janeiro, como pode se perceber pela lista de publicações citada, representava o espaço ideal aos intelectuais que buscavam lugar no grande universo literário brasileiro. Afora os que procuravam Félix Pacheco, havia os que imprimiam por outras empresas, como o poeta Jonas da Silva, cuja estreia na literatura, com *Ânforas*, se deu pela Tipografia do Instituto Profissional, assim como João Pinheiro, que publicou *Solar dos Sonhos*, pela Tipografia Leuzinger, e Da Costa e Silva, que imprimiu seu *Zodíaco*, em 1917, pela Revista Apolo, e *Pandora*, em 1919, pela Livraria Castilho. Não se deve ainda omitir aqui os trabalhos de Amélia de Freitas Beviláqua, nenhum dos quais impressos pelas oficinas do *Jornal do Comércio*, a citar *Através da Vida*, impresso pela H. Garnier, *Angústia*, pela editora e tipografia Besnard Frères; e *Açucena*, pela editora Francisco Alves.

Considerações finais

O destino dos piauienses que seguiam para o Rio de Janeiro ou para outros estados a fim de crescerem em áreas distintas, dentre as quais a literária, era um problema conhecido entre os próprios homens de letras do Piauí, que ora os saudavam por terem feito carreira, ora reclamavam por alguns se esquecerem da terra de origem.

Esses intelectuais, portanto, cumpriam o papel de *homem móvel*, que, embora na concepção de Karl Mannhein¹¹ esteja ligado a uma experiência fora de seus países de origem, pode ser interpretados como aqueles que não estão presos apenas à unidade

¹¹ Ref. *O homem e a sociedade em época de crise*, citado por Ángel Rama em “Dez problemas para o romancista latino-americano” (2010).

local, e, ao avançarem sobre outros espaços, impedem o provincianismo do vinculado ao solo. No caso da literatura, esse tipo de intelectual teve a vantagem de unir o regional ao universal.

Além disso, duas tendências literárias se sobrepõem aos trabalhos desses escritores piauienses deslocados, uma de cunho mais intimista ou vinculada a problemas nacionais ou supranacionais, e outra, de menor projeção, a daqueles que, embora distantes da terra natal, levavam para as letras todo um sentimentalismo de evocação a terra. É o caso da postura saudosista e quase ufana de Da Costa e Silva, com seu *Zodiaco*.

O Rio de Janeiro não foi o único lugar para onde os escritores piauienses se deslocaram. Outras capitais também serviram de palco para a vida e os movimentos literários, alguns dos quais liderados pelos escritores do Piauí, como é o caso de Manaus, que acolheu Jonas da Silva e Taumaturgo Sotero Vaz, poetas que em 1917 fundaram a Academia Amazonense de Letras. São Luís e Recife também são outras duas capitais que merecem atenção, sobretudo no século XIX, recorte histórico que foge aos objetivos deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. Tradução de Sergio Miceli *et al.* São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. São Paulo: Globo, 2012.
- CAUSO, Roberto de Sousa. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil: 1875 a 1950*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- FRYE, Northrop. *A imaginação educada*. Tradução de Adriel Teixeira *et al.* Campinas: Vide Editorial, 2017.
- LAHIRE, Bernard. “O jogo literário e a condição de escritor em regime de mercado”. Tradução de Sofia Amândio. *Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 19, p. 73-79, 01 jun. 2009.
- LIMA, Luiz Costa. Persona e sujeito ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos (Dispersa demanda II)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 40-56.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo; Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução de Marina Appenceller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCHI, Carlos. *Todo aquele imenso mar de liberdade: a dura vida do jornalista Carlos Castello Branco*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MELO, José Marques de. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 7-10.

NEVES, Berilo. Carta para a Província. *Careta*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 976, 5 mar. 1927. p. 39.

RAMA, Ángel. Dez problemas para o romancista latino-americano. In: AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *Ángel Rama: Literatura e cultura na América Latina*. Tradução de Raquel la Corte dos Santos e Alza Gaparotto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 41-110.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

SANTARRITA, Marcos. *Félix Pacheco: cadeira 16, ocupante 2*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

Daniel Castello Branco Ciarlini é Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí, Docente permanente do PPGL/UESPI (linha: Literatura, Historiografia e Memória Cultural) e Coordenador do Núcleo de Estudos em Sociedade, Imprensa e Literatura Piauiense (NESILPI). Doutorou-se em Letras (Estudos de Literatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa a relação literatura, imprensa e vida literária no Piauí. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Piauiense, atuando principalmente nos seguintes temas: vida literária, crítica literária, teoria literária, sociologia da literatura e história da literatura.

Artigo recebido em 14/01/2023.

Aprovado em 30/01/2023.